

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA
(CNPJ 06.993.383/0001-22)

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	9

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos:

Conselheiros e Administradores da

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas - CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/2012.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas - CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas, incluindo a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/2012, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de abril de 2024.



Eduardo José Ramón Leverone
Contador CRC RJ-067.460/O-6



Hingridi Pimentel Vieira Santos
Contador CRC RJ-117.285/O-9

RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais - R\$, centavos omitidos)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	512.195	713.055	Provisão de férias e encargos sociais	8	37.447	46.202
Outros créditos	5	205.327	50.914	Impostos e contribuições sociais a recolher	9	27.171	22.593
		717.522	763.969	Contas a pagar	10	56.931	66.713
				Anuidades recebidas antecipadamente	11	30.197	91.600
						151.746	227.108
Não circulante				Patrimônio líquido	12		
Outros créditos	5	60.800	7.340	Patrimônio social		575.258	288.247
Imobilizado	6	186.938	16.260	Superávit acumulado		249.769	287.011
Intangível	7	11.513	14.797			825.027	575.258
		259.251	38.397				
Total do ativo		976.773	802.366	Total do passivo e patrimônio líquido		976.773	802.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Demonstrações do resultado para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Anuidades		1.884.562	1.493.439
Receitas com projetos e pesquisas	13	599.172	593.712
		2.483.734	2.087.151
Despesas operacionais			
Despesas com projetos e pesquisas	13	(405.620)	(292.230)
Despesas com pessoal	14	(590.608)	(471.260)
Encargos sociais		(165.598)	(139.251)
Despesas gerais e administrativas	15	(920.468)	(876.251)
Despesas com viagens		(166.422)	(56.883)
Despesas de depreciação		(60.783)	(5.348)
		(2.309.499)	(1.841.223)
Resultado operacional		174.235	245.928
Receitas financeiras		86.381	60.859
Despesas financeiras		(10.847)	(19.776)
Resultado financeiro		75.534	41.083
Superávit do exercício		249.769	287.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total do Patrimônio Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	763.501	(475.254)	288.247
Transferência para o patrimônio social	(475.254)	475.254	-
Superávit do exercício	-	287.011	287.011
Saldos em 31 de dezembro de 2022	288.247	287.011	575.258
Transferência para o patrimônio social	287.011	(287.011)	-
Superávit do exercício	-	249.769	249.769
Saldo em 31 de dezembro de 2023	575.258	249.769	825.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	249.769	287.011
Ajustes ao superávit do exercício		
Depreciação e amortização	58.456	5.348
Superávit do exercício ajustado	308.225	292.359
Redução (aumento) de ativos		
Outros créditos	(207.872)	(47.218)
Aumento (redução) de passivos		
Provisão de férias e encargos sociais	(8.755)	17.890
Impostos e contribuições sociais a recolher	4.578	2.922
Contas a pagar	(9.782)	30.606
Anuidades recebidas antecipadamente	(61.403)	4.400
Recursos originados nas atividades operacionais	24.991	300.959
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado	(225.851)	(16.927)
Aquisição de Intangível	-	(15.072)
Recursos utilizados nas atividades de investimentos	(225.851)	(31.999)
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(200.860)	268.960
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	713.055	444.095
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	512.195	713.055
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(200.860)	268.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

(a) A Entidade

O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, Conselho ou Entidade) fundado em 2004 é uma Instituição sem fins lucrativos tendo por finalidade o desenvolvimento das relações econômicas, financeiras, comerciais e industriais entre o Brasil e a China e reciprocamente promover interesses comuns a todos os seus associados.

Para alcançar o referido objeto o Conselho desempenha as seguintes funções:

- Representar os interesses coletivos dos associados junto aos Governos e as instituições no Brasil e na China e influenciar a formulação de políticas públicas com efeitos positivos sobre os fluxos bilaterais de comércio e investimento;
- Representar, manifestar e apoiar os pontos de vista, finalidades e opiniões dos Membros do Conselho em relação às competentes autoridades brasileiras e chinesas;
- Organizar e promover eventos destinados a estabelecer e estreitar as relações econômicas entre China e Brasil realizando conferências, recepções, palestras, seminários e outros encontros de trabalho;
- Receber e prestar assistência a empresários e/ou a missões organizadas em colaboração com outros conselhos empresariais, câmaras de comércio ou quaisquer instituições oficiais;
- Colocar os membros do conselho ou interessados em contato com autoridades e/ou empresas chinesas e/ou brasileiras;
- Manter atualizados, publicar e divulgar dados públicos comerciais, industriais, econômicos e todo e qualquer tipo de informação que diga respeito ao Brasil e/ou à China;
- Promover diretamente ou através de instituições constituídas especialmente para esse fim o intercâmbio entre organizações ou instituições privadas e públicas homologadas da China e do Brasil de forma a dinamizar as trocas entre os dois países;
- Oferecer às empresas associadas e às sociedades brasileira e chinesa estudos e informações relevantes sobre o Brasil, a China e o intercâmbio bilateral, a fim de reduzir o *déficit* de conhecimento mútuo;
- Promover e praticar todos os atos inerentes aos seus fins, bem como realizar qualquer atividade com eles relacionadas.

(b) Fonte de receitas

Os recursos do Conselho são formados por: rendas de seu patrimônio, anuidades dos associados e patrocínio para publicações, projetos e pesquisas.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

A Diretoria do Conselho fixa a contribuição a ser paga por associado para o orçamento regular do Conselho através de escalas que variam de acordo com a média da receita bruta de cada associado nos 3 (três) exercícios sociais imediatamente anteriores à data da fixação da referida contribuição pela Diretoria.

No momento da fixação da contribuição caso as demonstrações financeiras do último exercício social não estejam prontas ou não estejam disponíveis ao mercado a Diretoria fixará a contribuição do associado com base unicamente na média de sua receita bruta dos 2 (dois) exercícios sociais imediatamente anteriores ao último exercício social.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente, em observação às práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000 - R-1, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC), no que forem pertinentes e aplicáveis seus preceitos e considerando também os aspectos a serem observados por entidades sem finalidade de lucro em conformidade com a ITG 2002 - R1 – Entidades sem Finalidades de Lucros (aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 01 de abril de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas nas notas explicativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais – R\$, centavos omitidos)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”) sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas serão convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.5. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2023 a Entidade não possuía ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista.

3. Resumos das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais – R\$, centavos omitidos)

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez.

Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do exercício não excedendo ao valor de mercado.

b. Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo valor de custo e quando aplicável reduzidos aos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo quando aplicável os encargos apurados e as variações monetárias incorridas.

c. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 6. que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

d. Redução ao valor recuperável de ativos

Uma provisão para ajuste ao valor de recuperabilidade do custo do bem (“*impairment*”) é requerida quando os valores registrados na contabilidade são superiores à geração de caixa futura do referido bem.

A Entidade não registrou qualquer redução ao valor recuperável de ativos por não ter identificado indicadores de desvalorização.

e. Obrigações tributárias

Por se tratar de instituição sem fins lucrativos a Entidade está isenta do pagamento do Imposto sobre a Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nos termos do Artigo 15 e seguintes da Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997.

A Entidade vem contribuindo para o PIS por meio da aplicação da alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal estando essa forma de incidência prevista no Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001.

Ainda conforme a Medida Provisória nº 2.158-35 de 24 de agosto de 2001, Artigo 14 a Entidade goza de isenção da COFINS relativamente às receitas provenientes das atividades próprias estando excluídas deste benefício as receitas decorrentes de outras atividades estranhas à finalidade da Instituição, ainda que estas receitas sejam utilizadas na manutenção de sua atividade fim.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

f. Apuração do resultado

i. Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos associados e que ocorrem no curso normal das atividades da Entidade.

As receitas são registradas de acordo com o regime de competência e recebidas dentro do próprio mês de competência.

A Entidade reconhece a receita quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida através do método da taxa de juros efetiva.

iii. Reconhecimento das despesas

Todas as despesas necessárias à manutenção das atividades da Entidade são registradas em atendimento ao regime de competência.

g. Instrumentos financeiros

i. Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como contas a pagar, salários, encargos sociais e provisões sendo que as aplicações financeiras da Entidade estão classificadas ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Os demais instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de realização, entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Entidade necessite antecipar as suas realizações.

A Entidade não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e/ou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco durante os exercícios de 2023 e de 2022.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais – R\$, centavos omitidos)

4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, contas correntes e aplicações financeiras mantidas em bancos de primeira linha composta de fundos de investimento de renda fixa, assim demonstrada:

	2023	2022
Caixa em moeda nacional	937	2.968
Caixa em moeda estrangeira	-	2.973
Bancos	1	1
Aplicações financeiras (a)	511.257	707.113
	512.195	713.055

(a) Constituídas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e cotas de fundos de investimentos de renda fixa do Banco Bradesco S.A. com liquidez diária. A rentabilidade das aplicações dos CDB varia de 94% a 100% do CDI.

5. Outros créditos

	2023	2022
Valores a receber de patrocínios	53.127	46.514
Anuidades a receber (a)	142.600	4.400
Caução locação (b)	58.000	7.340
Crédito com funcionário (c)	12.400	-
	266.127	58.254
Circulante	205.327	50.914
Não circulante	60.800	7.340

(a) Trata-se das anuidades da Embraer de R\$91.600 e da AON de R\$51.000 de competência do exercício de 2023 que foram recebidos em janeiro e fevereiro de 2024, respectivamente.

(b) No dia 27 de fevereiro de 2023 a CEBC mudou a sede para a Praça Floriano nº 19, sala 2301. O locador exigiu o depósito da garantia de R\$58.000 realizada na BrasilCap Capitalização S.A.

(c) No dia 22 de maio de 2023 foi concedido um empréstimo ao colaborador no total de R\$18.000 que será descontado em R\$800 mensais direto na folha de pagamento. A vigência do contrato é de 22 meses. Quando o colaborador terminar de pagar a totalidade do principal, ficou acordado que a título de remuneração desse empréstimo será pago o montante de R\$3.159 limitado a R\$800 mensais.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais – R\$, centavos omitidos)

6. Imobilizado

	% Taxa de depreciação	2021	Adições	2022	Adições	2023
Custo						
Benfeitoria em imóveis de terceiros		35.394	-	35.394	216.228	251.622
Máquinas e equipamentos		40.580	-	40.580	-	40.580
Computadores e periféricos		75.124	5.327	80.451	4.433	84.884
Móveis e utensílios		30.787	11.600	42.387	5.190	47.577
		181.885	16.927	198.812	225.851	424.663
Depreciação acumulada						
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(*)	(35.394)	-	(35.394)	(45.040)	(80.434)
Máquinas e equipamentos	10	(36.558)	(4.022)	(40.580)	-	(40.580)
Computadores e periféricos	20	(75.124)	(281)	(75.405)	(5.484)	(80.889)
Móveis e utensílios	10	(30.787)	(386)	(31.173)	(4.648)	(35.822)
		(177.863)	(4.689)	(182.552)	(55.172)	(237.725)
Imobilizado líquido		4.022	12.238	16.260	17.679	186.938

(a) A depreciação é feita com base na vigência do contrato de locação, que tem duração de 2 anos. A conclusão da benfeitoria no imóvel ocorreu em agosto de 2023.

7. Intangível

	% Taxa de amortização	2021	Adições	2022	Adições	2023
Custo						
Software		14.119	15.072	29.191	-	29.191
		14.119	15.072	29.191	-	29.191
Amortização acumulada						
Software	20	(13.736)	(659)	(14.394)	(3.284)	(17.678)
		(13.736)	(659)	(14.394)	(3.284)	(17.678)
Intangível líquido		383	14.413	14.797	(3.284)	11.513

8. Provisão de férias e encargos sociais

	2023	2022
Provisão de férias	28.050	34.608
Provisão INSS sobre férias	7.153	8.825
Provisão FGTS sobre férias	2.244	2.769
	37.447	46.202

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais – R\$, centavos omitidos)

9. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
FGTS	2.674	2.443
INSS funcionários	15.320	12.059
IRRF funcionários	3.175	2.863
IRRF autônomos	5.645	4.923
PIS/ COFINS/ CSLL retidos	357	305
	27.171	22.593

10. Contas a pagar

	2023	2022
Aluguel	9.002	7.953
Outras contas a pagar (a)	47.929	58.760
	56.931	66.713

(a) Refere-se basicamente a provisão para pagamento de serviços de telefonia, pagamento de luz, limpeza, manutenção e serviços administrativos.

11. Anuidades recebidas antecipadamente

	2023	2022
Vale S.A.	-	91.600
Souto Correa S.A.	30.200	-
	30.200	91.600

12. Patrimônio líquido

Compreende o patrimônio social inicial acrescido e/ou diminuído dos valores dos resultados ocorridos (superávits/déficits dos exercícios).

A Administração do patrimônio da Entidade de acordo com o seu Estatuto Social compete à Diretoria constituída de no mínimo 3 (três) e de no máximo 11 (onze) diretores.

O patrimônio da Entidade é constituído pelos bens móveis, imóveis e intangíveis que possui e por aqueles que vier a adquirir ou receber. Toda renda obtida pela Entidade é destinada ao cumprimento de seus objetivos.

Os bens cujo valor seja igual ou superior ao valor correspondente a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Entidade somente poderão ser alienados ou de qualquer forma onerados após a aprovação da Diretoria.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

13. Receitas com projetos e pesquisas

	2023	2022
Receitas com projetos e pesquisas		
Klabin	-	40.000
Bradesco (a)	160.172	160.172
Suzano (a)	50.000	65.000
Prumo (a)	50.000	-
Banco Bocom (a)	30.000	80.000
Vale (a)	75.000	90.000
Embraer (a)	50.000	-
Bayer (a)	100.000	60.000
Comexport (a)	-	50.000
M. Cavalcanti	-	30.000
Embaixada	-	18.000
Kasznar	30.000	-
CNA (a)	54.000	-
	599.172	593.712
Despesas com eventos e pesquisas	(312.288)	(150.929)
Despesas com projetos	(73.332)	(141.301)
Baixa por perda de patrocínio	(20.000)	-
	(405.620)	(292.230)
	193.552	301.482

(a) Refere-se ao patrocínio de webinar (seminários on-line) sem exigência de contrapartida no exercício de 2023 e 2022.

A Entidade realiza projetos e pesquisas dentro dos quais estão incluídos custos com consultores para a realização de estudos e despesas com as publicações Carta Brasil-China (revisão, edição, diagramação e gráfica).

14. Despesas com pessoal

	2023	2022
Salários	(236.439)	(219.767)
Prêmio	(42.956)	(37.171)
13º salário	(22.209)	(20.359)
Férias	(31.930)	(29.683)
Estagiários	(9.753)	(2.500)
Benefícios	(247.321)	(161.781)
	(590.608)	(471.260)

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

15. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Aluguel	(83.321)	(91.565)
Assistência contábil	(36.636)	(34.471)
Condomínio	(64.340)	(59.427)
Despesas de manutenção	(20.980)	(22.137)
Internet	(36.193)	(32.908)
Material de escritório	(3.325)	(1.282)
Material de uso e consumo	(8.188)	(7.553)
Prestação de serviços pessoa jurídica	(373.389)	(359.417)
Prestação de serviços pessoa física (a)	(243.344)	(241.966)
Serviços e materiais de limpeza	(6.561)	(1.953)
Despesas com telefonia	(8.358)	(8.987)
Reembolso de despesas	(2.909)	(1.433)
Despesas com cópias	(4.871)	(3.775)
Despesas com cartão de crédito	(5.436)	(384)
Outros	(22.617)	(8.993)
	(920.468)	(876.251)

(a) Refere-se basicamente aos serviços prestados por autônomo (RPA) pagos ao presidente da Entidade durante o exercício.

16. Contingências

Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das autoridades fiscalizadoras são avaliados pela Entidade com base na análise individual destes processos levando em conta a opinião dos seus advogados e consultores jurídicos.

Aqueles considerados como de perda provável são provisionados nas demonstrações financeiras e os de perda possível são divulgados em notas explicativas.

Em 2023 e 2022 a Entidade não possuía contingências com probabilidade de perda provável e possível.

17. Isenções tributárias

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais – R\$, centavos omitidos)

A Entidade é contribuinte dos demais tributos e encargos trabalhistas e previdenciários que estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscalizadoras por diferentes períodos prescricionais.

17.1. Programa de Integração Social (PIS)

A Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

17.2. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Entidade é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias e de acordo com as Leis nº 9.718/98 e inciso IV, art. 10 da Lei nº 10.833/03.

18. Aplicações de recursos

A Entidade aplicou todos os seus recursos em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.